



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

AGOSTO DE 2024 - EDIÇÃO 111 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

MOÇAMBIQUE APRESENTA AVANÇOS NA AVALIAÇÃO DO RISCO SOBRE O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

PÁG. 3



DESTAQUE

AMILCAR TIVANE DEFENDE TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO INFORMAL PARA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO E DO BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO

- Carla Loveira

PÁG. 4



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Na 24ª Reunião do ESAAMLG Moçambique Apresenta Avanços na Avaliação do Risco sobre o Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo



Moçambique participou na 24.ª Reunião do Conselho de Ministros do Grupo de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais da África Austral e Oriental (ESAAMLG) e da 7ª Reunião do Sector Público e Privado (PSDD) sobre o fortalecimento das Acções de Combate ao Branqueamento de Capitais, que teve lugar nos dias 30 e 31 de Agosto de 2024, em Diani, República do Quênia, antecedido pela reunião de altos funcionários do ESAAMLG que decorreu de 23 a 29 de Agosto.

O país esteve representado pelos Vice-Ministros da Economia e Finanças, Carla Loveira, da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Filimão Suaze que expressaram o cometimento político, bem como avanços na efectividade que o país tem alcançado nas acções de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e de proliferação de armas de destruição em massa.

À margem das Reuniões, Moçambique assinou memorandos de entendimento com o Burundi e Quênia com objectivo de troca de informação no âmbito das atribuições das unidades de inteligência financeira.

A reunião de altos funcionários do ESAAMLG aprovou a reclassificação em alta de 7 recomendações efectuadas pelo Grupo de Acção Finan-

ceira Internacional (GAFI) em reconhecimento aos progressos alcançados por Moçambique, no cumprimento das recomendações deste organismo com destaque para as referentes à implementação de medidas de prevenção e combate ao financiamento do terrorismo e as medidas visando assegurar que as organizações sem fins lucrativos não sejam usadas de forma abusiva para o Financiamento ao Terrorismo.

Na mesma reunião, Moçambique solicitou a reclassificação de mais 15 recomendações do GAFI, pelo Grupo de Revisores do ESAAMLG. Este pedido demonstra o compromisso que o País tem em trabalhar para eliminar deficiências identificadas no sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

Desde a entrada de Moçambique na Lista Cinzenta em Outubro de 2022, o Governo aprovou uma Estratégia de remoção do País desta Lista, que incluiu o fortalecimento da Comissão de Alto Nível, liderada pelo Primeiro-Ministro e criação de um Comité Executivo de Coordenação encabeçado pelo Ministro da Economia e Finanças, para orientar e coordenar as acções do Governo no âmbito da implementação da referida estratégia.

A delegação moçambicana, integrou igualmente o Director-geral do GIFiM, Aurélio Matavele Júnior, representantes de diversas instituições e órgãos do Estado, com destaque para o Tribunal Supremo, Procuradoria-Geral da República, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministério do Interior, Ministério

**FOCO**

da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Ministério da Economia e Finanças, Ministério dos Recursos Minerais e Energia, SERNIC, Banco de Moçambique, Instituto de Supervisão de Seguros, GIFiM, Unidade de Gestão do Processo Kimberley e Inspeção-geral de Jogos.

**DESTAQUE**

44º Aniversário da SADC

Amilcar Tivane Defende Transformação do Mercado Informal para Facilitação do Comércio e do Bem-estar da População



Celebrou-se no dia 17 de Agosto de 2024, o 44º aniversário da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), cujas cerimónias centrais decorreram na província de Maputo, distrito de Moamba.

Na qualidade de mandatário do Governo para dirigir as cerimónias que marcaram o encerramento da semana alusiva às celebrações do 44.º aniversário SADC, o Vice-Ministro da Economia e Finanças Amílcar Tivane, defendeu a necessidade de se transformar o mercado informal afim de permitir que haja facilitação do comércio e do bem-estar da População.

Tivane considera que o mercado informal é, para muitos, a espinha dorsal da economia, fornecendo emprego e renda a milhões de pessoas. *Os trabalhadores buscam, através do comércio informal, um meio de garantir sua subsistência, assim como formas de melhorias na sua renda.*

Segundo o governante, o sector é responsável por uma parcela considerável do PIB e é fundamental para o sustento de inúmeras famílias. *Em Moçambique por exemplo, a economia informal atinge cerca de 80% da economia com uma contribuição em 40% no PIB”.*

Tivane apontou que a SADC tem desempenhado um papel crucial na promoção da integração económica e no desenvolvimento sustentável da região. *Para que esta transformação do mercado informal ocorra, os governos da SADC devem continuar a adoptar políticas que incentivem a formalização do mercado informal. Isso inclui a criação de ambientes regulatórios mais acessíveis e amigáveis para as pequenas e microempresas, simplificação dos processos de registo e tributação, e a oferta de incentivos fiscais para aqueles que optem pela formalização,* disse Amilcar Tivane.



Falando em representação dos embaixadores e altos comissários da SADC acreditados em Moçambique, o embaixador de Angola em Moçambique, José João Manuel, indicou a importância da união dos países da região para o desenvolvimento socioeconómico bem como no apoio à Moçambique no combate ao terrorismo em Cabo Delgado.

O evento que decorreu sobre o lema *o desafio da Transformação do Mercado Informal na Facilitação do Comércio e Bem-Estar da População* contou com a participação da Secretária do Estado da Província de Maputo, Judite Mussácula, membros do governo e embaixadores acreditados em Moçambique.

59ª Edição da FACIM 2024

A BVM é um Instrumento para Investimentos Seguros e Rentáveis,

Considera Salim Valá



A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) participou de 26 de Agosto a 1 de Setembro de 2024, da 59ª Edição da Feira Internacional de Maputo - FACIM 2024



Falando na abertura do evento, o Presidente do Conselho de Administração da BVM, Salim Cripton Valá, explicou que a bolsa não só quer disseminar e partilhar os impactos do que já tem disponível no mercado, como também pretende convidar os operadores a usarem a bolsa como um instrumento para investimentos seguros e rentáveis para os seus negócios e para a economia do país.

“A FACIM é uma confluência de empresários e investidores de vários pontos do país e do mundo que vêm abraçar negócios. Para nós, participar deste evento é um ritual e uma importante oportunidade para interagir, apresentar, aprender e para ver como é que podemos projectar negócios mais virtuosos para o futuro não só da nossa Bolsa de Valores, como também dos negócios em Moçambique”, frisou.

Durante a visita ao stand da BVM, Salim Valá fez saber ao Presidente da República, Filipe Nyusi, que desde a última edição a esta parte, a instituição que dirige tem estado a colher resultados positivos por conta do incremento que se tem registado a nível dos principais indicadores bolsistas.



“Hoje temos uma capitalização bolsista de 28.8%, 16 empresas cotadas, um volume de negócios acima de 21 mil milhões de meticais e um índice de liquidez de 10.2%. Portanto, desde a última edição da FACIM os indicadores bolsistas tem estado a subir, anotou o PCA , acrescentando que, estamos satisfeitos e vamos continuar a trabalhar para que essas métricas possam ser incrementadas para permitir que mais moçambicanos e empresários façam poupanças, invistam na bolsa e possam se financiar através deste mecanismo alternativo, concluiu Valá.



Em paralelo, o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) apresentou, no recinto da FACIM, o relatório de gestão e contas consolidadas do sector. Na ocasião, Salim Valá, ressaltou que é crucial que cada uma das empresas visadas dê a sua contribuição por forma a permitir que estes relatórios saiam a tempo e tenham também a qualidade desejada.



"Este exercício de transparência e prestação de contas é vital, é imperioso, mas não é acabado. Pode ser sempre aperfeiçoado a nível do IGEPE e de todas as empresas do Sector Empresarial do Estado. Cabe a nós aperfeiçoarmos o processo com base na nossa realidade", anotou o PCA.



Por sua vez, o Administrador do IGEPE, Raimundo Matule, referiu que a apresentação do relatório em alusão, só foi possível graças a colaboração das empresas. Estamos cientes de que ainda não atingimos o objectivo desejado, há mais trabalho por fazer pela frente, o que vai exigir disciplina e compromisso por parte de todos, ressaltou Matule.

No mesmo diapasão, durante os seminários promovidos pelo Sector Empresarial do Estado (SEE), a BVM fez parte do painel que discutiu a temática relativa ao Financiamento da Economia.

Divagando sobre a "BVM como veículo de financiamento à economia", o assessor do PCA da BVM,

Rodrigues Paruque, afirmou que é desejo da instituição que as Pequenas e Médias Empresas se juntem ao mercado de capitais, por elas serem o motor da economia e, como tal, representarem 98.9% da paisagem.

"A Bolsa está a levar a cabo diferentes iniciativas que visam captar mais PME's para o mercado de capitais, através da literacia financeira e realização de seminários, o que irá criar uma maior consciencialização e estas, por seu turno, possam considerar a Bolsa como uma plataforma de financiamento", explicou o assessor.

Pese embora ofereça muitas vantagens às empresas que aderem ao mercado de capitais,

a Bolsa entende que ainda há muitas empresas que não estão a aderir ao financiamento através desta e, como tal, acções estão em curso visando reverter esse cenário.

"Convidamos as empresas a aderirem ao mercado de capitais como instrumento para a sua própria promoção e que pode inclusive dar visibilidade, bem como criar confiança por conta da transparência que o processo exige. Nós estamos a negociar com o sector bancário para ver se os bancos possam dispersar o seu capital através da BVM", frisou Paruque.

Gaza nas Comemorações do 44º Aniversário da SADC 2024



Realizou-se de 10 a 17 de Agosto corrente as comemorações do 44º Aniversário da SADC, onde coube ao Ministério da Economia e Finanças (MEF) fazer a réplica a nível de todas as províncias do País, sob o Lema "o Desafio da transformação do mercado informal na facilitação do comércio e o bem estar da População".

A cerimónia realizou-se no Instituto de Formação de Professores

Eduardo Chivambo Mondlane, e foi dirigida pela Directora Provincial da Economia e Finanças de Gaza (DPEFG) Romana Baulane em representação do Secretário de Estado na Província.

Na sua intervenção a Directora referiu que quando as empresas se formalizam, consequentemente aumentam a sua produtividade, melhoram o acesso ao mercado, a sustentabilidade e se



promovem a concorrência leal nos mercados nacionais e internacionais.

Referiu ainda que com o lema escolhido queremos, *reafirmar o compromisso assumido pelos Estados-membros, aquando da criação do bloco, de unirmos esforços no desenvolvimento comum, capitalizar as potencialidades de cada Estado-membro para o benefício comum, consolidar o mercado formal regional comum e consciencializar a população dos Estados-membros sobre a importância e as vantagens de aderir ao mercado formal.*



Salientou igualmente que o Governo, em reconhecimento dos enormes prejuízos económicos que o sector informal cria, concebeu o cooperativismo moderno como veículo para organizar a base contributiva e os envolvidos devem aderir a este modelo como forma de tirar benefícios dos protocolos de facilitação na SADC. *Em via disto, a Província tem realizado fiscalizações nos estabelecimentos comerciais, e durante a semana de 10 a 17 de Agosto foram registados para o início de actividades económicas, 16 novos contribuintes e, enquadrados em regimes fiscais de Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes e IVA.*

A nível da Província de Gaza, foram realizadas diversas actividades, dentre palestras sobre os protocolos da SADC e divulgação de informação de consonância com o Lema, feiras de exposição, actuação de grupos culturais dentre outras.

As actividades iniciaram com a visita da Feira de exposição, onde estiveram expostos produtos agrícolas, processados, serviços de atribuição de NUIT e outros

serviços prestados pelo MEF.

Importa referir que a cerimónia de abertura da semana da SADC foi realizada no Paço do Conselho Municipal tendo sido presidida pelo, Secretário de Estado na Província, Lourenço Mateus Lidonde e contou com a presença de várias individualidades do Governo da Província, Funcionários Públicos, Sociedade Civil, Conselho Provincial da Juventude, Alunos e Estudantes de diversos Estabelecimentos de Ensino e População no geral.

Na sua intervenção, Lidonde fez menção à importância e benefícios dos Protocolos da SADC assinados pelo País bem como, frisou que o Lema escolhido para as celebrações visava consciencializar ao Cidadão moçambicano e a região sobre a importância estratégica da transformação do sector informal que actualmente domina o mercado regional prejudicando o comércio e consequentemente a colecta da receita formal.

Após a abertura do evento, foram realizadas palestras em diversos locais de concentração popula-

cional onde divulgou-se os principais protocolos da SADC. *As melhores formas de formalização do comércio informal em informal, suas vantagens de desvantagens, requisitos para formalização, Higiene e segurança no trabalho e piores formas de trabalho infantil.*

No dia 12 de Agosto, como coincidiu com as comemorações do dia da Juventude, as comemorações tiveram lugar na Praça dos Heróis tendo sido presididas pela Directora Provincial de Juventude, Emprego e Desporto, sob lema *"Juventude no Caminho Digital rumo ao Desenvolvimento Sustentável"*; antecedendo a deposição de coroa de flores, os Jovens marcharam até a este local partindo da Direcção Provincial de Educação. Esta cerimónia contou com a presença da Administradora do Distrito de Xai-Xai.

Ainda nesta cerimónia, em reconhecimento ao esforço empreendido pelos alunos que participaram do Concurso Nacional de Redacção, foram premiados os que alcançaram lugares cimeiros a nível Nacional e da Região, tendo recebido das mãos dos dirigentes



O reconhecimento destes visa estimular cada vez mais alunos a mostrarem interesse pelo assunto e motiva-los a representarem cada vez mais a Província em eventos do género, finalizou a directora.

DPPF de Tete Acolhe o II Workshop Nacional dos Gestores de Recursos Humanos



A Direcção Provincial do Plano e Finanças de Tete acolheu recentemente o II Workshop Nacional dos Gestores de Recursos Humanos.

O evento que decorreu na Vila do Songo, tinha como objectivos, a harmonização de forma coordenada das estratégias de desenvolvimento de Administração e Recursos Humanos para o sucesso organizacional. Também debateu-se sobre como ultrapassar os desafios relacionados ao Subsistema do Cadastro Electrónico de Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF) para o Sistema Electrónico de Gestão de Recursos Humanos (e-SNGRHE).

Na sessão de abertura do evento, o Governador da Província de Tete Domingos Viola frisou que os Departamentos de Administração e Recursos Humanos das Direcções Provinciais do Plano e Finanças devem garantir o desenvolvimento

de actos administrativos da instituição, igualmente devem organizar os processos individuais dos Funcionários e Agentes do Estado através do cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado, nos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e a operacionalização do sistema informático de Administração Financeira do Estado (e-SISTAFE).

Para o Governador, há também a necessidade de gerenciar o Sistema Nacional do Arquivo do Estado (SNAE), consolidar os procedimentos de operacionalização do sistema de carreiras e remunerações dos Funcionários e Agentes do Estado como também a consolidação de conhecimentos teóricos na implementação do Sistema

Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE) e a elaboração de planos para o desenvolvimento dos recursos humanos das instituições.

Na qualidade de anfitriã do evento, a Directora Provincial do Plano e Finanças de Tete, Paula Corda saudou a realização do *workshop* naquela parcela do país tendo sublinhado que foram dias de muito estudo e partilha de ideias *para juntos refletirmos sobre a constante mutação da realidade com que as DPPF's se deparam, com intervenções essenciais para o sucesso no desenvolvimento das nossas actividades, no final, olhamos de forma positiva para o que foi discutido e debatido na esperança de que*



possamos ter mudanças e evolução de todos os temas que foram tratados no evento.



O MEF publicou recentemente o Relatório de Riscos Fiscais 2025

O **Relatório de Riscos Fiscais** apresenta os potenciais riscos para 2025, nomeadamente: (i) riscos macroeconómicos e fiscais, que incluem a análise da sensibilidade orçamental, os impactos da massa salarial, análise da inflação e da sustentabilidade da dívida pública; (ii) Sector Empresarial do Estado; (iii) desastres naturais; (iv) sistema previdenciário público; e governos sub-nacionais (municípios).

DESTAQUES:

As perspectivas para o médio prazo sugerem um **crescimento médio** estimado de 5,1% contra 4,6% do cenário pessimista, explicado pelo desempenho mais fraco em alguns sectores económicos (Agricultura, Pescas, Construção e Comércio). Um crescimento económico mais baixo, poderá traduzir-se na redução da arrecadação de receitas do Estado em 15,5 mil milhões de MT e do saldo primário para 1,8% do PIB.

A **massa salarial**, esta continuará a representar uma pressão sobre a despesa pública no médio prazo, reflectindo uma redução mais lenta em cerca de 1.3pp em relação ao cenário base, como resultado do crescimento mais baixo do PIB Nominal.

As **despesas com pensões civis**, tem sido cobertas pelas contribuições dos FAE. Espera-se que com a contribuição efectiva do Estado em 7%, torne o sistema sustentável no médio prazo.

Os **riscos da inflação** permanecem controlados a curto prazo, com previsão de manutenção da inflação em um dígito, apoiada pela estabilidade do metical e menor impacto de conflitos geopolíticos.

Quanto ao **rácio da dívida pública**, embora tenha melhorado de 81,8% do PIB em 2022 para 76,0% do PIB em 2023, o endividamento interno nos últimos 4 anos tem crescido a uma taxa média de 18,2%, representando um risco que exige maior controlo e atenção do Estado.

No que concerne ao **Sector Empresarial do Estado (SEE)**, a sua contribuição fiscal tem registado melhorias, reflectido num incremento de 1,6% do PIB em 2020 para 3,2% do PIB em 2023. Apesar deste cenário, as empresas ADM e LAM apresentaram dificuldades financeiras, que resultou na intervenção do Estado no valor de 3,7 mil milhões de MT.

No que concerne ao **Sector Empresarial do Estado (SEE)**, a sua contribuição fiscal tem registado melhorias, reflectido num incremento de 1,6% do PIB em 2020 para 3,2% do PIB em 2023. Apesar deste cenário, as empresas ADM e LAM apresentaram dificuldades financeiras, que resultou na intervenção do Estado no valor de 3,7 mil milhões de MT.

Relativamente aos desastres naturais, estima-se que, o crescimento real poderá situar-se em 0,7pp abaixo da capacidade potencial da economia, consubstanciado pelas previsões do INAM, que indicam a ocorrência do fenómeno La Niña (chuvas acima do normal) nas regiões centro e sul. A dívida total dos Governos Subnacionais aumentou em 10% entre 2019 à 2022, sendo que a dívida com fornecedores representou a maior proporção em cerca de 59% em relação a dívida comercial. Apesar do crescimento das receitas próprias em 53%, os municípios continuam dependentes das transferências do Governo Central em 44%.

Para mais informações baixe o **Relatório de Riscos Fiscais 2025** disponível na página do MEF, www.mef.gov.mz

FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
BOOST MEDIA, S.A

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Nelsa (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz